

**ATA DA 2ª REUNIÃO (extraordinária) DE TRABALHO DO CONSELHO DE TURISMO DO  
PÓLO CEARÁ COSTA DO SOL, REALIZADA EM 30/03/2004, NO CENTRO DE  
CONVENÇÕES DO CEARÁ – FORTALEZA-CE.**

**Início:** 15h30min

1 **ALLAN AGUIAR (SETUR):** solicitou que os conselheiros tomassem assento à mesa, para dar  
2 início a reunião, a qual tinha como objetivo a apresentação, discussão e votação do Plano de  
3 Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS. Destacou a suficiência de quorum  
4 para o encaminhamento da matéria. Prosseguindo a reunião e atendendo uma questão  
5 regimental, realizou a leitura da Ata da Reunião de Posse dos Conselheiros do Conselho de  
6 Turismo do Pólo Ceará Costa do Sol, realizada no dia 03 de março de 2004, no Centro de  
7 Convenções do Ceará. Indagou se todos concordavam com o conteúdo e a efetividade da  
8 referida Ata. Não houve objeção e Ata foi aprovada.

9 **ANTONIO ELISEU (ABIH/CE):** solicitou que os estacionamentos do Centro de Convenções  
10 fossem abertos, pois praticamente toda semana estavam participando de reuniões naquele  
11 Centro e estavam estacionando na rua.

12 **ALLAN AGUIAR (SETUR):** acatou a solicitação do Sr Eliseu e orientou para que o responsável  
13 pelo assunto providenciasse a liberação de todos os estacionamentos para utilização pelos  
14 participantes das próximas reuniões do Conselho de Turismo do Pólo Ceará Costa do Sol.

15 **ANTONIO AGLAÊ (BNB):** informou que os 2(dois) estacionamentos da frente estavam abertos,  
16 inclusive com vigilância e nos termos acordados com a Administração do Centro de  
17 Convenções.

18 **ALLAN AGUIAR (SETUR):** ratificou a orientação de disponibilizar todos os estacionamentos  
19 para uso dos participantes das reuniões do Conselho de Turismo.

20 **ALLAN AGUIAR (SETUR):** prosseguindo a reunião, passou a apresentar a estrutura  
21 conceitual/metodológica que orientou a elaboração do PDITS. Iniciou comentando as premissas  
22 básicas do contrato realizado entre o BID e o BNB: Desenvolver o PDITS, para tanto houve a  
23 contratação de uma empresa especializada, Ruschmann Consultores; complementar e  
24 completar as ações/projetos e investimentos previstos no âmbito do PRODETUR/NE I,  
25 necessários a sustentabilidade do turismo da região e em áreas impactadas; implantar o “Pólo  
26 de Turismo Ceará Costa do Sol”, fato ocorrido em reunião de 22/05/03 e com posse dos  
27 Conselheiros em reunião de 03/03/2004. Destacou que a presente reunião era para apresentar,  
28 debater e homologar/chancelar o PDITS. Citou os Municípios da área de abrangência do citado  
29 Pólo e que receberão os investimento do Prodetur II: Fortaleza, Caucaia, São Gonçalo do  
30 Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi, Itapipoca, Amontada, Cruz, Itarema, Acaraú, Jijoca de  
31 Jericoacoara, Camocim, Barroquinha, Chaval e Aquiraz. Informou que o PDITS deverá focalizar

32 o conjunto de Municípios que foram diretamente beneficiados por investimentos significativos da  
33 primeira etapa do Prodetur ou que foram/estão sendo impactados de forma significativa pelos  
34 fluxos turísticos derivados desses investimentos. Esclareceu que a inclusão de Municípios que  
35 não receberam investimentos diretos deverá ser justificada na avaliação de impactos. Informou  
36 os Municípios que integrarão o Prodetur II: Fortaleza, Caucaia, São Gonçalo do Amarante,  
37 Paracuru, Paraipaba, Trairi, Itapipoca, Aquiraz, Camocim e Jijoca de Jericoacoara, conforme  
38 Regulamento Operativo do Programa e onde o Governo do Estado argumenta o fenômeno das  
39 áreas impactadas nesses Municípios. Apresentou a avaliação do PRODETUR I, através da  
40 justificativa da Área de Planejamento: lembrou as regiões turísticas que dividiam o Programa de  
41 Desenvolvimento do Turismo no Litoral do Ceará – PRODETURIS (1993), o qual serviu de base  
42 conceitual para o PRODETUR I e II; sintetizou os investimentos em projetos como rodovias,  
43 saneamento básico, meio ambiente, aeroporto etc; informou que o Prodetur I está em fase final  
44 de execução e com as últimas intervenções em fase de processamento nos Municípios de  
45 Caucaia e Itapipoca; continuou a análise dos impactos do Prodetur I, mostrando a evolução da  
46 demanda turística, quando em 1997 e 2001 o estado do Ceará se manteve em 3º lugar, atrás da  
47 Bahia (1º) e de Pernambuco (2º), sendo a participação média do Ceará de 14,86% dos turistas  
48 globais do Nordeste, enquanto Fortaleza esteve em 1º lugar em 2001 e 2º, em 1997, liderando o  
49 processo de atração do turismo do Nordeste; mostrou ainda uma tabela contendo a demanda  
50 turística, via Fortaleza, por segmentação do fluxo turístico de 1995 a 2002, evidenciando que a  
51 demanda turística via Fortaleza é principalmente do turismo de lazer, seguido do turismo de  
52 negócios, mas com um crescimento sensível (de 2 para 8%, entre 1995 e 2000) do turismo de  
53 eventos nos últimos anos; informou dados relacionados à interiorização do turismo no Ceará,  
54 segundo as áreas visitadas, no período de 1998 a 2001, destacando-se os municípios de Trairi  
55 e Itapipoca que obtiveram um grande crescimento de turistas; comentou os números da região  
56 do Prodetur I, onde de 1998 a 2001 houve um incremento de 60% do fluxo turístico, merecedor,  
57 portanto, de uma atenção especial quanto a tais dados; disse que o Estado teve crescimento de  
58 26%, inferior, portanto, ao crescimento da região beneficiada com o Prodetur I; ressaltou que os  
59 investimentos do Prodetur I são alavancas para a atração de investimentos privados,  
60 necessários à atração turística, o que significa melhoria na condição de vida da população,  
61 mediante geração de Postos de trabalho; falou da evolução da oferta hoteleira nos Municípios  
62 do PRODETUR I, que apresentou um crescimento de 93% no período de 1993/2001, enquanto  
63 as UH's do mesmo período aumentaram 105%, com destaque para Caucaia (238%) e Trairi  
64 (150%); e do número de empregos gerados na Hotelaria, representando 16.744 empregos  
65 diretos e 44.651 empregos indiretos, com destaque para Fortaleza (52.904 empregos  
66 diretos/indiretos) e Caucaia (3.107 empregos); citou uma série de investimentos privados que

67 vêm sendo captados após o início do PRODETUR/CE I; enfatizou que tais números expressam  
68 que o turismo é fator gerador de postos de trabalho, desenvolvimento econômico, inclusão  
69 social e que o emprego é uma das principais necessidades apresentadas pela população;  
70 enfatizou ainda os números do turismo nos Municípios contemplados no Prodetur I, bem como  
71 as várias realizações abrangidas por esse Programa. Em suas considerações finais sobre a  
72 avaliação do PRODETUR/CE I falou sobre os investimentos realizados, inclusive o aeroporto e  
73 as rodovias que tiveram influência significativa no turismo do Estado como um todo, mas  
74 principalmente no litoral oeste; disse que a demarcação das áreas de preservação permanente,  
75 por meio de piqueamento, constitui-se num excelente instrumento de fiscalização, conservação  
76 e de educação ambiental. Quanto ao PRODETUR/CE II, informou que a definição estratégica de  
77 se aumentar a área inicial abrangida pelo Pólo de Turismo Ceará Costa do Sol aconteceu  
78 porque os Municípios compreendidos da faixa litorânea entre Aquiraz e o Município de  
79 Barroquinha são ricos em atrativos naturais e culturais e que, além disso, a não inclusão da  
80 região de Camocim e Jijoca de Jericoacoara, que vem atraindo um número crescente de  
81 turistas, acarretaria em uma perda significativa para o desenvolvimento turístico regional do  
82 Estado; assegurou que este encaminhamento está em consonância com os PDITS's dos  
83 Estados do Piauí e do Maranhão que terão incluídas nos seus Planos as ações de estruturação  
84 do turismo nos Lençóis Maranhenses (MA) e no Delta do Parnaíba (PI), inclusive; ressaltou que  
85 a faixa litorânea composta dessas duas regiões mais Jericoacoara e Camocim vem se  
86 transformando num Pólo de desenvolvimento turístico e que se constitui num destino novo e  
87 que poderá se consolidar como um portão de entrada independente para o citado litoral oeste;  
88 destacou que a meta é transformar essa área num produto turístico para os mercados  
89 emissores de turistas nacionais e internacionais; considerou que outros aspectos consideráveis  
90 para esse destino turístico são os investimentos privados, inclusive internacionais, que já estão  
91 presentes na região, estando o Ceará atrasado no suprimento da infra-estrutura que permita  
92 qualificar e consolidá-la; fez menção a uma discussão que vem acontecendo sobre a construção  
93 e administração de um aeroporto de capital/gestão privados, no Município de Parazinho, no  
94 sentido de viabilizar vôos charters e linhas regulares para o citado destino turístico, o qual já  
95 dispõe de 2 mil leitos prontos; avaliou que o setor privado está fazendo a sua parte de  
96 disponibilizar unidades habitacionais; considerou, finalmente, que essa era a base argumental  
97 do estudo do Estado Ceará em relação ao Prodetur II para inclusão dessas áreas. Em seguida  
98 fez referência à interiorização do turismo no Ceará, no período de 1997/2000, onde 44,2% dos  
99 turistas visitaram outros destinos turísticos, a partir de Fortaleza. Destes, 83% visitou o litoral,  
00 onde as praias do Porto das Dunas e de Jericoacoara foram as duas preferidas pelos turistas,  
01 bem como as praias de Aquiraz, e Camocim e Jijoca de Jericoacoara; relatou o ranking do fluxo

02 turístico, destacando que os 3 (três) Municípios (Aquiraz, Jijoca de Jericoacoara e Camocim)  
03 defendidos no PDITS como impactados, hoje já estão bem posicionados nesse ranking, não  
04 obstante não contarem com a infra-estrutura prevista no Prodetur II; enfatizou que são destinos  
05 turísticos consagrados e que precisam ser consolidados; informou que em relação ao fluxo  
06 turístico, em média e no período de 1997 a 2000, Aquiraz ficou em 4º lugar no ranking, abaixo  
07 apenas de Fortaleza e Caucaia, incluídos no Prodetur I e de Aracati, enquanto Jericoacoara e  
08 Camocim ficaram em 6º e 12º lugares, respectivamente; mostrou que no ranking do Índice de  
09 Centralidade Turística (ICT), que mede o grau de desenvolvimento da oferta de serviços  
10 turísticos de um destino, Aquiraz ficou na 3ª posição, Jijoca em 5ª e Camocim na 8ª; avaliou que  
11 estes Municípios já estão consagrados como destinos turísticos e que, qualquer política de  
12 desenvolvimento econômico e social dessas localidades passa, necessariamente, pela atividade  
13 turística. Passou a comentar o fluxo turístico dos Municípios do litoral cearense, no período de  
14 1998/2000, fazendo menção, dentre outros, ao Município de Caucaia que, na sua avaliação,  
15 merece uma atenção dos governantes (estadual e municipal), pois o turismo apresentou  
16 involução naquele Município, enquanto que outras localidades (Jijoca, Camocim, Trairi e  
17 Itapipoca) tiveram crescimento significativo; comentou que os 3 (três) Municípios (Aquiraz,  
18 Camocim e Jericoacoara) impactados se destacam pela construção, entre 1997 e 2002, de 862  
19 UH, representando um crescimento de 48,5%; enfatizou que o turismo da região está em  
20 consonância com a Política Nacional do Turismo do Governo Federal, através do Programa de  
21 Roteiros Turísticos Integrados do Brasil e que a EMBRATUR pretende incentivar a atividade no  
22 corredor composto pelos Lençóis MaranhenseS (MA), Delta do Parnaíba(PI), Jijoca de  
23 Jericoacoara e Camocim e que a SETUR, percebendo que esses Municípios vêm se  
24 consolidando como destino turístico, tem intensificado a promoção da região com ações  
25 institucionais de divulgação privilegiada, incluindo-se aí, o site daquela Secretaria; disse que a  
26 não inclusão de Aquiraz, de Jericoacoara e de Camocim na 2ª etapa do Prodetur pode significar  
27 a degradação do turismo dessas localidades que já sofrem com os impactos do turismo, sendo  
28 as ações de infra-estrutura, preservação e conservação do meio-ambiente e capacitação  
29 fundamentais para que a região se beneficie, adequadamente, do turismo. Resumiu que o  
30 objetivo maior de sua apresentação foi dar uma visão panorâmica do PRODETU/CE I,  
31 apresentar os fundamentos de inclusão das áreas impactadas pelo referido Programa,  
32 contemplados na proposta do PDITS, o qual está sendo submetido ao Banco do Nordeste.

33 **ALINE DELMANTO (RUSCHMANN CONSULTORES):** desejou boa tarde a todos os presentes  
34 e iniciou apresentando a empresa Ruschmann Consultores, que fora contratada pela Secretaria  
35 de Turismo, para a elaboração do PDITS. Falou que a primeira parte do trabalho era a avaliação  
36 do Prodetur I e que foi muito bem apresentada pelo Secretário. Informou que esta é uma

37 empresa de São Paulo, que já tem grande experiência nas áreas de turismo, hotelaria e de  
38 lazer, através de desenvolvimento de Planos Turísticos, de Planos de Ação e Marketing, de  
39 Projetos e Programas de Gestão e de Formação e Reciclagem de mão-de-obra. Citou que tem  
40 trabalhado com Planos Diretores Municipais do interior de São Paulo, com o Plano de  
41 Desenvolvimento do Ecoturismo, tendo realizado, também, outros projetos como o Plano da  
42 Costa do Descobrimento, na Bahia e está concluindo junto com o Plano do Ceará o Costa do  
43 Delta (PI). Dando seguimento, informou a metodologia utilizada na elaboração do PDITS, onde  
44 participaram 14 consultores de diversas áreas, através de visitas a todos os Municípios e onde  
45 foram feitas 2 (duas) reuniões, inclusive para apresentação do Plano às comunidades. Informou  
46 ainda que para a elaboração do Plano tomou por base os dados levantados nas visitas de  
47 campo e nos dados de pesquisas disponíveis na Secretaria; disse que o trabalho foi elaborado  
48 durante um ano, a partir dessas visitas às comunidades e foi norteado pelo Termo de  
49 Referência que orienta como seria o Plano e pelos objetivos do Prodetur II, ou sejam: dar  
50 sustentação ao turismo do Pólo; melhorar a capacidade de gestão do turismo; completar e  
51 complementar as ações do Prodetur I e trabalhar com as áreas impactadas. Esclareceu que o  
52 Termo de Referência que norteou o trabalho foi composto do Resumo Executivo, da avaliação  
53 do Prodetur I e do Diagnóstico da Área de Planejamento e que após a finalização do diagnóstico  
54 foi utilizada uma metodologia/ferramenta (SWOT) que permitiu analisar as potencialidades,  
55 fraquezas, oportunidades e riscos; informou que a partir do cruzamento desses elementos  
56 (potencialidades, fraquezas, oportunidades e riscos) foram definidas as estratégias de  
57 desenvolvimento turístico, feitas as prospecções de como se comportaria o turismo e delimitado  
58 o Plano de Ação, o qual é composto de 5 volumes, com cerca 700 páginas. Partiu do princípio  
59 de que o material (CD-Rom, Regulamento Operativo e Termo de Referência) era do  
60 conhecimento dos presentes e passou a relatar os principais pontos diagnosticados; Em relação  
61 aos aspectos sócio-econômicos: que o programa de controle e ajustes das contas públicas por  
62 que passa o Estado, permite-lhe a implantação de projetos, que houve a melhoria (saindo de  
63 23<sup>a</sup> para a 19<sup>a</sup> posição, em 2000) do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e que ficou  
64 caracterizada a superioridade dos índices da Capital Fortaleza e que há necessidade da adoção  
65 de ações para melhoria da distribuição de renda nos outros Municípios, o que é alcançável a  
66 partir das ações do Prodetur II.

67 **ALLAN AGUIAR (SETUR):** pediu para fazer uso da palavra e informou aos conselheiros que  
68 em breve estaria sendo dada visibilidade ao PDITS e solicitou aos mesmos para continuarem na  
69 reunião para que os debates e a votação do Plano transcorressem com a participação de todos  
70 e com quorum, regimentalmente, perfeito/admitido. Retornou a palavra para a Aline.

71 **ALINE DELMANTO (RUSCHMANN CONSULTORES):** continuou sua apresentação sobre os  
72 demais aspectos diagnosticados: Em relação à Infra-Estrutura: informou que ficou demonstrado  
73 que o Prodetur I contribuiu para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais,  
74 cabendo ao Prodetur II atender às regiões turísticas ainda carentes de saneamento básico; Em  
75 relação à coleta e disposição de resíduos sólidos: informou que foi percebida na maioria dos  
76 Municípios, a falta de implementação de planos eficientes de gerenciamento para os serviços de  
77 limpeza e que, na questão da disposição dos resíduos sólidos de alguns Municípios exige a  
78 implantação de aterros sanitários; Em relação a transporte: disse que ficou comprovada a  
79 melhoria substancial na qualidade dos acessos às localidades turísticas, das rodovias,  
80 representada no aumento no fluxo de interiorização do turismo, necessitando, por outro lado,  
81 serem concluídas e assim permitir o acesso às áreas impactadas; disse ainda que ficou  
82 caracterizado que há necessidade de um aeroporto regional até para ajudar no movimento já  
83 existente dos turistas que freqüentam a região e numa perspectiva futura; Em relação a  
84 drenagem e urbanização de orlas: informou que as condições se apresentam muito  
85 semelhantes em todos os Municípios, onde as estruturas sanitárias quase não existem, os  
86 serviços de apoio são desordenados, a drenagem fluvial é ruim na sua maioria e que em alguns  
87 lugares esse quadro é mais grave; Em relação ao Patrimônio Histórico: falou que O PDITS  
88 extrapolou ao que era pedido (só bens tombados) pelo Termo de Referência, pois foram  
89 contemplados bens ainda não tombados, constituindo-se de um patrimônio que exige urgente  
90 ação de restauração; Em relação aos aspectos ambientais: informou que foram pequenos e  
91 estão relacionados, basicamente, com a presença do lixo, precisando ser reforçada a educação  
92 ambiental, monitorar melhor a qualidade das águas das praias que quase não têm controles,  
93 além da implementação das unidades de conservação que já foram criadas e que podem ajudar  
94 muito no desenvolvimento social e na conservação ambiental da região; Em relação à  
95 capacidade institucional: disse que ficou demonstrado que em todos os Municípios já existe uma  
96 secretaria de turismo ou alguma unidade administrativa que exerça o seu papel, o que  
97 comprova a importância que os governos municipais estão dando para essa atividade no  
98 Município; falou que ficou comprovado ainda que os cursos oferecidos no Prodetur I precisam  
99 ser repetidos no Prodetur II, pois muitos dos capacitados já não fazem parte dos quadros dos  
00 Municípios; Em relação à capacitação do setor privado: informou que ficou comprovada a  
01 grande carência de profissionais especializados, especialmente nos Municípios fora de  
02 Fortaleza, destacando a importância do SEBRAE e do SENAC durante a execução do Prodetur  
03 II. Comentou que os principais aspectos do turismo estão relacionados com as questões  
04 naturais e culturais. Enfatizou que a questão da informalidade está muito presente e que existe  
05 pouca capacidade receptiva para grandes eventos, principalmente no interior. Avaliou que as

06 comunidades esperam pelo desenvolvimento da atividade turística na região e já não a  
07 desconhece mais. Informou que dos 10 Municípios estudados 7 (sete) já contam com  
08 empreendimentos privados em construção ou em projetos, constituindo-se importante atividade  
09 e que isso dá segurança aos investidores privados. Passou a fazer as considerações finais  
10 sobre o diagnóstico e falou que o estado do Ceará possui características bastante positivas,  
11 inclusive por conta do Prodetur I: a permanência do turista no Ceará é uma das mais altas do  
12 País; os turistas têm um bom poder aquisitivo, pertencendo às classes média e alta; a  
13 proximidade com a Europa e os Estados Unidos torna o Ceará porta de entrada dos turistas  
14 estrangeiros no País; a demanda crescente pelo Ceará permite a instalação de projetos de  
15 longo prazo ou a ampliação de projetos já existentes; o novo aeroporto permitiu ajustar o  
16 gargalo no fluxo aéreo, e com isso aumentar significativamente o número de vôos e turistas  
17 chegando a Fortaleza; o reflexo dos investimentos em rodovias, saneamento básico, meio  
18 ambiente e desenvolvimento institucional é materializada no grau de interiorização do fluxo que  
19 se tem observado nos últimos anos; e a motivação do turista que visita o Ceará é o lazer, mas o  
20 grupo de turistas que viaja a negócios vem desenvolvendo-se de maneira expressiva no Estado,  
21 assim como o turista de eventos. Explicou que após a apreciação dos diagnósticos e com base  
22 na ferramenta SWOT foram definidas as estratégias, a partir das análises a respeito dos  
23 aspectos mercadológicos, dos aspectos sócio-ambientais, da infra-estrutura e da gestão e  
24 desenvolvimento da Área de Planejamento. informou que a partir dessas análises foram  
25 traçadas as macro-estratégias fundamentais, com base nos três componentes do Prodetur II, e  
26 contemplando: o fortalecimento da capacidade municipal de gestão do turismo, envolvendo o  
27 asseguramento da eficácia dos instrumentos; o fortalecimento da estrutura da gestão estadual e  
28 municipal e a capacitação do servidor público; o planejamento estratégico, treinamento e infra-  
29 estrutura para o crescimento turístico, assegurando a capacidade de planejar e gerir o  
30 desenvolvimento do turismo sustentável, implementando política que direcione para o  
31 desenvolvimento sustentável, elaboração de estudo, ordenação e promoção de investimento do  
32 setor privado, mediante ações de melhorias da participação/ampliação de investimentos  
33 privados para o turismo sustentável na Área de Planejamento com a ampliação e diversificação  
34 de ofertas, promoção e capacitação empresarial, incentivo à promoção e comercialização de  
35 novos destinos turísticos, desenvolver campanhas de capacitação, promover a integração entre  
36 os setores públicos e privados. Destacou que sua apresentação estava relacionada com o  
37 diagnóstico e a análise dos dados, passando a palavra para o Secretário Allan para tratar do  
38 Plano de Ação.

39 **ALLAN AGUIAR (SETUR):** iniciou a abordagem dos aspectos que direcionaram as ações que  
40 resultaram no referido Plano de Ação. Informou os impactos relacionados com as macro-

41 estratégias: da Gestão Administrativa Fiscal/Municipal do Turismo, que alocará recursos para a  
42 elaboração de projetos de modernização administrativa fiscal, elaboração de planos diretores,  
43 inventários de oferta turística e criação de núcleos municipais de informações turísticas,  
44 esperando-se com isto a implantação de todos os Plano Diretores Municipais, o aumento da  
45 arrecadação própria dos Municípios, o aumento dos recursos da atividade turística, a redução  
46 dos custos administrativos e a disponibilização de parte dos recursos para projetos de  
47 atendimento aos cidadãos e, ainda, a criação e implementação de metodologia de ação  
48 Municipal; da Gestão de Resíduos Sólidos, onde se espera que a construção de aterros  
49 sanitários, a coleta seletiva de lixo, em algumas áreas, a aquisição de equipamentos de coleta,  
50 e o centro de triagem de lixo auxiliem no gerenciamento efetivo da questão do lixo; da Proteção  
51 e Conservação dos Recursos Naturais, que implantarão e implementarão os pólos de lazer e de  
52 unidades de conservação, recuperação e conservação ambiental de lagoas, lagamares, rios,  
53 orlas, dunas e falésias, gerando desenvolvimento econômico e tendo como elemento propulsor  
54 o desenvolvimento sustentável do turismo na região e a diminuição das degradações  
55 ambientais, uso e ocupação do solo regulamentado, disciplinamento das atividades de lazer e  
56 turismo, meio ambiente preservado e ecossistemas protegidos; da Urbanização de Áreas  
57 Turísticas, que são complementares à conservação dos atrativos naturais e culturais, na medida  
58 que garantem maior conforto para o turista e para a população local ; da Proteção e  
59 Conservação de Recursos Culturais, que será garantida através de projetos de proteção e  
60 conservação desse bens, onde os investimentos em inventário dos bens históricos deverão  
61 proporcionar a requalificação e recuperação do Patrimônio Histórico e Arquitetônico, o aumento  
62 das receitas provenientes das atividades turísticas através do crescimento do turismo cultural e  
63 a criação de instrumentos norteadores de política municipal; do Planejamento Estratégico,  
64 Treinamento e Infra-Estrutura, que elaborará planos estratégicos, estudo de viabilidade técnica,  
65 ambiental e socioeconômica de projetos, permitindo o fortalecimento da Unidade Executora  
66 Estadual e do controle social do processo, garantindo maior transparência das ações, melhoria  
67 da gestão do turismo, melhoria do monitoramento dos impactos, melhoria do atendimento ao  
68 turista e possibilitando a execução das ações/obras com técnicas adequadas para obtenção da  
69 qualidade necessária; de Campanhas de Conscientização / Treinamento e Capacitação  
70 Profissional relativas ao desenvolvimento turístico, educação ambiental e capacitação municipal,  
71 devendo proporcionar uma população consciente quanto à preservação da cultura local, ao  
72 patrimônio histórico, ao acolhimento do turista, à limpeza/urbanização da praia, à destinação de  
73 resíduos sólidos, à diminuição das degradações ambientes, aos ecossistemas protegidos, ao  
74 meio ambiente equilibrado e ao uso e ocupação do solo regulamentados; da Implantação /  
75 Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, que deverá trazer

76 a melhoria da qualidade de vida da população nos pólos turísticos, com a redução de  
77 indicadores de doenças relacionadas com o consumo de águas não tratadas e com a  
78 diminuição da poluição causada pela falta de esgotamento sanitário; da Construção de rodovias,  
79 do Centro Multifuncional de Feiras e Eventos, da infra-estrutura do Aeroporto Regional,  
80 impulsionando o turismo na região através do acesso rápido às localidades de interesse turístico  
81 com fluidez, segurança e conforto, da criação de uma estrutura de eventos adequada à  
82 Fortaleza, aumentando significativamente o nº de eventos da cidade e suprimindo a carência de  
83 um aeroporto que proporcione a introdução e o incremento de vôos charters diretamente para  
84 as praias da região; da Elaboração de um plano de marketing e promoção turística para a Área  
85 de Planejamento, de um plano de capacitação empresarial e de assistência técnica para  
86 fomentar o associativismo, resultando no aumento do fluxo turístico, no incremento dos  
87 investimentos privados, numa comunidade local preparada para acompanhar os resultados do  
88 Programa e impondo transparência nas ações previstas e no aumento do emprego e da renda  
89 decorrentes da atividade prevista. Ressaltou que o consumidor/turista compra um pacote que  
90 deverá usufruir nas suas férias (um dos momentos mais importantes de sua vida) sob a  
91 confiança/expectativa de ter momentos de lazer agradáveis, a exemplo de compra pela  
92 Internet/catálogo. Considerou, portanto, que o turismo é uma coisa séria e que  
93 rechaça/refuta amadorismo, pois o turista está cada vez mais exigente. Considerou que o turista  
94 ao chegar no destino precisa ser fidelizado/encantado e com isso poder/querer voltar, fazendo,  
95 inclusive, o marketing boca-a-boca que é considerado o mais poderoso. Avaliou que não  
96 adianta fazer propaganda e as pessoas/turistas ao chegarem aqui não ter momentos  
97 agradáveis. Considerou que o turismo é um negócio onde o setor privado atua para ter lucro  
98 econômico e o setor público para ter lucro social (melhoria da qualidade de vida da população),  
99 inclusive porque o poder público não tem hotel, restaurante, agência de viagem, operadora de  
00 viagem etc. Disse que o poder público estadual precisa ver o turismo como negócio, conforme  
01 contemplado conceitualmente e por conta disso tem que dar visibilidade a esse produto/destino  
02 espetacular chamado Ceará, o qual é competitivo, globalmente, e que deve estar/ficar à  
03 disposição do consumidor/turista, aumentando o fluxo turístico e que o setor privado é muito  
04 importante nessa atividade, pois tem o poder de direcionar esse fluxo turístico para o destino  
05 que lhe for mais rentável. Avaliou que tudo isso precisa ser considerado no PDITS. Voltou a  
06 destacar que precisa ser viabilizado um novo portão de entrada no Ceará, como no caso dos  
07 baianos com o Porto Seguro, que os turistas entram e saem sem passar por Salvador e onde o  
08 Índice de Desenvolvimento Humano é muito bom. Ressaltou que o Ceará precisa desse portão  
09 de entrada naquela região do extremo-oeste de maior faixa litorânea, necessitando, para isto,  
10 do aeroporto regional. Informou que pelo fato de o Governo do Estado não dispor de recursos

11 para tal, buscará a parceria necessária para viabilizá-lo, pois existem estrangeiros dispostos a  
12 investir, requerendo a infra-estrutura (estrada, energia, água etc) necessária, a qual está sendo  
13 objeto do Programa. Ressaltou ainda dois dos principais itens fundamentais para o turismo no  
14 estado do Ceará: abrangência da nossa faixa litorânea e hospitalidade do nosso povo.  
15 Considerou que essa região do Ceará, juntamente com as regiões do Piauí (Delta do Parnaíba)  
16 e do Maranhão (Lençóis Maranhenses), incluídas nos seus PDITS's, superará destinos  
17 turísticos consagrados mundialmente, pois essa infra-estrutura pública atraindo infra-estrutura  
18 privada vai gerar fluxos crescentes de turistas internacionais, inclusive por se tratar de uma  
19 região diferenciada e com isso veremos a região Costa do Sol crescer, vigorosamente, os  
20 números do turismo e melhorando a qualidade de vida da população, a qual terá que ser  
21 capacitada e participar desse processo de indução do desenvolvimento. Apresentou a síntese  
22 do requerimento que o Governo do Estado pretende apresentar ao Banco do Nordeste, no  
23 montante de U\$ 130,5 milhões (U\$ 35,3 milhões para fortalecimento da capacidade municipal  
24 para a gestão do turismo, U\$ 88,6 milhões para planejamento estratégico, treinamento e infra-  
25 estrutura para o crescimento do turismo e U\$ 6,6 milhões para promoção de investimento do  
26 setor privado) e que será objeto de reunião com aquele Banco na próxima semana. Informou  
27 que já existem projetos executivos das rodovias que são fundamentais, para o litoral oeste,  
28 destacando que o Ceará vivenciou dois momentos bem distintos em relação ao turismo: um  
29 antes e outro depois do Prodetur I. Em seguida facultou a palavra.

30 **JOSÉ STÊNIO (PREFEITO DE ITAREMA):** manifestou sua felicidade em relação às  
31 apresentações dos Srs Allan e Aline e passou a comentar a respeito do seu Município de  
32 Itarema, pois no distrito de Almofala existe uma praia que vem atraindo muitos dos turistas que  
33 visitam Jericoacoara, principalmente por conta de uma igreja de 1712 e do projeto TAMAR que  
34 também existe na praia do Forte, na Bahia; destacou que o seu Município era beneficiado pela  
35 própria natureza e isto viabilizava a visita desses turistas que chegavam a Jericoacoara;  
36 registrou a importância/necessidade de ser feita uma estrada de 8 km naquela localidade e que  
37 o município se disporia a alocar a contrapartida exigida pelo Programa, se fosse o caso.

38 **ALLAN AGUIAR (SETUR):** afirmou conhecer o que acabava de ser relatado pelo Sr Stênio,  
39 entendendo que o mesmo teria sido modesto nas suas argumentações em relação a  
40 Itarema/Almofala e informou que no PITS estava previsto o projeto para a construção da estrada  
41 pleiteada.

42 **EDMILSON RODRIGUES (ABAV/CE):** desejou boa tarde a todos, parabenizou o prefeito de  
43 Itarema por estar defendendo naquela reunião os interesses do seu Município e destacou como  
44 seria bom que os demais prefeitos ali estivessem para defenderem seus Municípios. Em

45 seguida lembrou ao Secretário Allan que as belezas e os recursos naturais aos quais se referira  
46 na sua apresentação não estavam presentes apenas no litoral oeste.

47 **ALLAN AGUIAR (SETUR):** não apenas corroborou com a afirmação do Sr Edmilson como  
48 lembrou aos presentes que o destino turístico do Ceará é espetacular, pois é constituído de  
49 litoral, serra e sertão; citou outros exemplos belezas naturais como: o maciço de Baturité, a  
50 serra da Ibiapaba, a região do Cariri, as chapadas do Araripe e do Apodi, a região central  
51 (Quixadá p.ex), ou seja, o Estado dispõe de muitas atrações turísticas afora aquelas do litoral.  
52 Por outro lado esclareceu que aquela reunião tinha como foco principal o Prodetur II que está  
53 relacionado com as regras do Regulamento Operativo, estabelecido pelo BID/BNB.

54 **EDMILSON RODRIGUES (ABAV/CE):** parabenizou o Sr Allan pela apresentação do Plano,  
55 destacando a perfeição do trabalho e indagou se estava presente àquela reunião algum  
56 representante de Caucaia, pois alguns associados (operadoras de turismo p.ex) da ABAV/CE  
57 haviam reclamado da interdição, pela prefeitura daquele Município, da estrada estruturante,  
58 inclusive com a presença de viatura do DERT e pediu para que fosse feito um estudo dessa  
59 interdição, pois a utilização dessa estrada é muito importante para o fluxo turístico. Inclusive  
60 solicitou que o Secretário Audízio falasse a respeito do assunto.

61 **ALLAN AGUIAR (SETUR):** concedeu a palavra ao Sr Audízio e pediu para, em seguida,  
62 retomar a discussão do PDITS.

63 **AUDÍZIO (PREFEITURA DE CAUCAIA):** informou que essa interdição era anual e por conta da  
64 seletiva de TRIATLO, sendo uma forma de prestigiar o Esporte, como ocorre no Rio, em  
65 S.Paulo etc. Esclareceu que existem outras alternativas de tráfego, contando com a  
66 colaboração/participação do Estado (DERT). Em seguida esclareceu/acrescentou que essa  
67 involução do turismo do seu Município, comentada durante a explanação do Sr Allan, era objeto,  
68 também, de estudo do próprio Município e de reclamações de empresários do setor turístico.  
69 Comentou o fato de a estruturante ter dado oportunidade para que os turistas que chegam a  
70 Fortaleza visitassem outros destinos turísticos, da mesma forma como Itarema tem a  
71 expectativa/possibilidade de ser beneficiada com o Prodetur II. Informou que há um problema  
72 sério por conta da não conclusão da duplicação da estrada do Cumbuco, pois os recursos  
73 orçados pelo DERT não foram suficientes por conta de não ter considerado a questão da  
74 drenagem. Acredita que para essa conclusão da estrada é necessário R\$ 1,8 milhão e que a  
75 EMBRATUR não tem repassado os recursos federais e que o estado também não pode  
76 complementar tais recursos. Avalia que por conta disso a prefeitura tem sido depositária dessas  
77 reclamações, mas, mesmo assim, vem fazendo o que é possível. Considerou importante  
78 complementar as obras do Prodetur I, pois o Município também contempla os diversos setores  
79 da (litoral, serra e sertão) atividade turística, acreditando que haverá possibilidade de ter verba

80 complementar do Prodetur II, até porque existem estrangeiros investindo e querendo investir  
81 nesses setores e assim integrar, efetivamente, o turismo. Acredita, portanto, que essa situação  
82 de involução do setor está sendo revertida na medida que se verifica a construção de hotéis,  
83 pousadas etc e por isso gostaria de que fossem destinados, sem demérito dos outros  
84 Municípios, recursos para complementar as obras do Município, pois o Cumbuco tem se  
85 constituído uma porta para o turismo e caso os Governos (Municipal, Estadual e Federal) não  
86 aloquem esses recursos pode servir de imagem negativa para todos.

87 **ALLAN AGUIAR (SETUR):** colocou-se à disposição dos prefeitos para conversar sobre o  
88 material que a SETUR dispõe sobre os números do turismo nos Municípios, inclusive Caucaia  
89 (Cumbuco), São Gonçalo do Amarante Aquiraz, Camocim etc, destacando que a questão do  
90 turismo deve levar em conta que esse segmento de atividade pode apresentar elasticidade do  
91 seu desempenho e, por isso, precisa ter uma atenção especial de todos, pois, do contrário,  
92 algumas localidades podem ser descartadas pelo mercado turístico que não permite  
93 amadorismo e, pelo contrário, precisa encantar/fidelizar o turista. Em seguida repassou a  
94 palavra aos presentes, destacando a necessidade de objetividade nas discussões.

95 **JEFFERSON (INSTITUTO TERRAMAR):** indagou ao Sr Allan se o PDITS, que segundo o  
96 Capítulo II do Plano que deveria ser discutido/avaliado em três reuniões focais, seria analisado  
97 e aprovado naquela reunião.

98 **ALLAN AGUIAR (SETUR):** respondeu afirmativamente, inclusive lembrando que o material do  
99 PDITS (CD-Rom, Regulamento Operativo e o Termo de Referência) foi enviado aos  
00 conselheiros dentro do prazo de 10 dias úteis, segundo o Capítulo II, Art 9º e & 1º do Regimento  
01 Interno e que também tinha ficado à disposição, na SETUR-Prodetur/CE, para aqueles que  
02 quisessem debatê-lo.

03 **JEFFERSON (INSTITUTO TERRAMAR):** entendendo poder usar da prerrogativa regimental,  
04 pediu vistas do Plano e, por achar que o processo inteiro é rico e importante, conclamou para os  
05 conselheiros para não aprová-lo, pois acreditava que a maioria não havia lido metade do Plano,  
06 inclusive por ser composto de 1016 páginas e com um grau de complexidade e “intrincamento”  
07 muito grande entre seus componentes, exigindo, portanto, uma avaliação séria e num processo  
08 democrático e de longo prazo, até porque muitos dos presentes tinham muito a contribuir com a  
09 elaboração do PDITS. Por fim, entendendo que estaria zelando pela lisura do processo, o qual  
10 deve ser democrático, disse que não concordava com a votação do PDITS naquele momento e  
11 até pediria aos conselheiros e ao próprio Secretário Allan para que se estabelecesse um  
12 processo crítico, reflexivo e sério que pudesse contribuir com o Plano.

13 **ALLAN AGUIAR (SETUR):** esclareceu que ali estava sendo avaliado/apreciado o conjunto das  
14 necessidades (na sua íntegra) da região, geradas a partir das auscultas realizadas nas oficinas

15 promovidas nos 10 (dez) Municípios da Área de Planejamento. Acrescentou que aquilo que  
16 seria financiado dependeria da análise do Banco do Nordeste, agente financeiro do Programa.  
17 Enfatizou que naquela matéria estavam sendo apreciados, também, os fundamentos  
18 conceituais/metodológicos do Plano e que já existe estado do Nordeste que já assinou contrato  
19 de subempréstimo, estando o Ceará atrasado em relação ao Programa. Informou que do  
20 conjunto dos projetos executivos que podem ser objeto de financiamento existem projetos  
21 finalísticos concluídos para licitação que atendem ao mínimo (30%) exigido pelo Regulamento  
22 Operativo e que se sentia no dever de acelerar o processo do Plano de trabalho que ainda será  
23 apreciado pelo Banco do Nordeste e que ao longo desse processo o Conselho irá se reunir  
24 muitas vezes para apreciar todas as intervenções eleitas. Destacou que, naquela reunião,  
25 estavam sendo discutidas ações elegíveis e que no futuro estarão sendo analisadas as ações  
26 eleitas, oportunidade em que o Conselho será convocado para discuti-las. Lembrou que antes  
27 da existência do Conselho tem um Regulamento Operativo do Programa que é o contrato entre  
28 o Banco do Nordeste e o BID, determinando quais projetos podem ser objeto de financiamento.  
29 Passou a palavra para o Sr. Flávio Sampaio.

30 **FLÁVIO SAMPAIO (ASSOC. DANÇA, ARTE e CULTURA):** manifestou sua percepção de que  
31 os projetos/ações citados no Plano recebiam nomes de estrangeiros, e de que, nos termos da  
32 exposição do Sr Allan de que o turismo é feito de belas paisagens e da cultura, queria registrar  
33 seu protesto no que se refere à vinculação de nomes de estrangeiros para esses projetos,  
34 sugerindo que deveria ser usado nomes de pessoas ligadas à cultura brasileira.

35 **ALLAN AGUIAR (SETUR):** esclareceu que os projetos aos quais o Sr Flávio Sampaio fazia  
36 referência eram da iniciativa privada e que o Prodetur II se restringia às ações de infra-estrutura  
37 pública, permitindo ao setor privado desenvolver os projetos relacionados com o turismo.

38 **FLÁVIO SAMPAIO (ASSOC. DANÇA, ARTE e CULTURA):** mesmo diante dos esclarecimentos  
39 prestados pelo Sr Allan, ressaltou que gostaria que o processo de vinculação de nomes à  
40 projetos/destinos turísticos ficasse ligado a nomes de pessoas historicamente vinculadas à  
41 cultura brasileira e desde que aquele conselho pudesse fazer algo nesse sentido.

42 **INDIRA GUIMARÃES (UNIFOR):** considerou válida a necessidade de os conselheiros  
43 conhecerem o PDITS, mas por outro lado e como foi dito, o trabalho foi feito a várias mãos e  
44 não era uma determinação da Secretaria para aceitação dos conselheiros. Além do mais o  
45 Banco do Nordeste pode não eleger todas as ações que estão sendo escolhidas/votadas e  
46 aquelas que forem escolhidas também serão objeto de reuniões, acompanhamento,  
47 monitoramento, aprovação e interrupção daquele Conselho. Destacou que sua maior  
48 preocupação é que, apesar de o Banco do Nordeste estar no Ceará ele não pertence ao Estado  
49 e, a partir do momento em que haja atraso no encaminhamento do Plano e os outros Estados

50 estiverem à frente, o Ceará poderia atrasar na obtenção dos recursos. Em seguida destacou a  
51 necessidade de os conselheiros aprofundarem os seus conhecimentos sobre o PDITS, até para  
52 que na hora de eleitos os projetos, todos possam fazer suas colocações, interrupções ou não.  
53 No entanto, interromper aquela proposta de análise/aprovação do Plano que seria submetida à  
54 análise do Banco do Nordeste, poderia retardar ainda mais a destinação de recursos para o  
55 estado.

56 **ALLAN AGUIAR (SETUR):** ratificou o entendimento da Indira e acrescentou que todos os  
57 estados do nordeste estão buscando esses recursos do Prodetur II. Destacou que o Plano havia  
58 sido produto de várias oficinas para as quais o Instituto Terramar, entidade conselheira e  
59 representada pelo Sr Jefferson, havia sido convidado para dar suas contribuições para o PDITS  
60 e nunca participou nem justificou sua ausência em nenhuma das 10 (dez) oficinas realizadas.  
61 Em seguida fez a seguinte proposta/indagação: “quem não concordar com o pedido de vistas  
62 feito pelo Sr Jefferson permaneça como está”. Como não houve concordância, pelos demais  
63 presentes, com o pedido de vistas, o mesmo não foi aprovado.

64 **ROMEU DUARTE (IPHAN):** desejou boa tarde a todos e manifestou o entendimento de que os  
65 presentes estavam aprovando um instrumento de pactuação e que a construção seria feita ali  
66 pelos presentes. Portanto não havia o que temer no encaminhamento proposto, visto que  
67 participava de Conselhos há muitos anos. Parabenizou todos pelas explanações feitas em  
68 relação ao Plano e aproveitou para informar ao prefeito de Itarema que este ano estavam  
69 previstos recursos para a igreja daquele Município. Inclusive informou que na festa de agosto/04  
70 a igreja estará ok. Ainda em relação às considerações da Indira, citou que Parnaíba já  
71 começava a se movimentar para ter seu sítio histórico tombado e com os olhos postos na  
72 possibilidade de colocar este espaço dentro de um sistema nacional e internacional do turismo.  
73 Inclusive na perspectiva de incluir o Delta do Parnaíba (PI) e Lençóis Maranhenses (MA) nessa  
74 área de Camocim. Diante disso e por conta de num primeiro desenho estar prevista a  
75 incorporação de Viçosa do Ceará no Pólo de Turismo Ceará Costa do Sol, gostaria de saber  
76 porque isso não ocorreu. Em seguida congratulou-se com os demais presentes pelo fato de  
77 estarem previstos U\$ 14 milhões para os projetos de recuperação do patrimônio histórico e  
78 queria saber se a quantia de U\$ 2 milhões para elaboração desses projetos não seria pouco  
79 para as suas elaborações. Colocou-se à disposição, juntamente com a SECULT, para discutir  
80 esses projetos com a Secretaria (SETUR) e demais parceiros e, por fim, agradeceu por aquela  
81 oportunidade.

82 **ALLAN AGUIAR (SETUR):** manifestou seu entendimento de que o IPHAN e a SECULT são  
83 tidos como “acionistas majoritários” e que tinha anotado a observação do Sr Romeu quanto a  
84 questão dos R\$ 2 milhões serem considerados insuficientes para esse fim de elaboração dos

85 projetos de recuperação do patrimônio histórico, apesar de reconhecer a limitação dos recursos.  
86 Enfatizou que a definição das ações relacionadas com as questões culturais estaria a cargo  
87 desses dois conselheiros, principalmente. Passou a palavra para o Superintendente do Banco  
88 do Nordeste Robério Gress.

89 **ROBÉRIO GRESS (BNB):** desejou boa tarde a todos e informou para os conselheiros que no  
90 dia 16/03/04 tinha havido uma reunião na sede do Banco do Nordeste, em Fortaleza, que  
91 depois foi denominada de “arranque do Prodetur II”, com a presença de todos os Governadores  
92 do Nordeste e representantes dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, área de  
93 abrangência do Banco do Nordeste, como também com os presidentes do BNB e do BID e suas  
94 Diretorias, com o Ministério do Turismo e com as Equipes dos governos dos Estados, mais  
95 precisamente as secretarias do turismo com suas Unidades Executoras Estaduais – UEE’S.  
96 Esclareceu que essa 2ª fase do Prodetur teve seu contrato firmado pelo Banco e o BID em  
97 Setembro/02. Informou que nessa avaliação foi detectado que existem Estados mais adiantados  
98 em seus Planos e outros estão em fase inicial. Informou ainda que no caso do Estado do Rio  
99 Grande do Norte foi assinado o 1º contrato de subempréstimo no valor de U\$ 21 milhões, pois já  
00 disponha de 30% de projetos prontos para licitação/execução e acredita que em abril poderão  
01 ser assinados contratos com os Estados da Bahia e de Sergipe e, enquanto isso, o Estado do  
02 Ceará está nesta fase de avaliação do seu PDITS. Acredita que a tendência é que aqueles  
03 Estados que estejam mais avançados nas suas ações possam receber um maior volume de  
04 recursos. Por último enfatizou que as informações que ora repassava aos presentes tinham o  
05 objetivo de atualizá-los com relação ao andamento Prodetur II no Nordeste, Norte de Minas e  
06 Espírito Santo, agradecendo, em seguida, aquela oportunidade.

07 **ALLAN AGUIAR (SETUR):** agradeceu ao Robério e ao Banco do Nordeste que vem orientando  
08 o estado em cada etapa desse processo que resultará na assinatura do 1º contrato de  
09 subempréstimo com o Estado do Ceará. Facultou a palavra ao professor Fábio Perdigão.

10 **FÁBIO PERDIGÃO (UECE):** desejou boa tarde a todos e avaliou que os números apresentados  
11 pelo Sr Secretário Allan Aguiar e pela Consultora Aline são interessantes do ponto de vista da  
12 evolução do turismo no Ceará. Em seguida informou ser professor da Universidade Estadual do  
13 Ceará e que atuava em duas áreas específicas, uma ligada à ocupação da área litorânea e  
14 outra à Coordenação, em conjunto com a professora Cláudia Leitão, do mestrado profissional  
15 de Gestão de Negócios Turísticos da UECE. Considerou que o turismo e o litoral andam de  
16 mãos dadas desde as primeiras ações turísticas no Estado. Acrescentou que sem perdas ou  
17 prejuízos às outras formas de turismo como ecológico, de sertão etc, os números mostram que  
18 80% do turismo do Ceará está ligado ao turismo de sol e mar. Comentou que diante desses  
19 significativos números sua preocupação e dos pesquisadores é com relação à preservação dos

20 ambientes de praia, especialmente quanto à área costeira. Por outro lado não viu no relatório  
21 apresentado pela Aline ações de combate/controlado da erosão costeira, fenômeno extremamente  
22 devastador da atividade turística, embora tenha percebido medidas quanto à questão do lixo, do  
23 saneamento básico e do escoamento fluvial, todas muito importantes. Avaliou que a erosão  
24 costeira compromete o maior patrimônio turístico do Ceará que são as praias e que o Estado  
25 apresenta um processo erosivo, partindo do Porto de Fortaleza e que já consumiu 30 km de  
26 praias até Caucaia. Outros casos pontuais já acontecem como em Paracuru e em São Gonçalo  
27 do Amarante (Pecém) e que se constituem problemas seríssimos e que devem ser objeto de  
28 muita atenção do Conselho, pois sem as praias não há fluxo turístico. Citou como prova disso a  
29 praia do Pecém que os turistas já não visitam/freqüentam mais, uma vez que a mesma já  
30 perdeu mais de 150 metros de praia e, praticamente, desapareceu nos últimos 10 anos,  
31 conforme vem acompanhando, e que não é por conta da construção do Porto do Pecém e sim  
32 pela ocupação danosa das dunas. Alertou que a questão da erosão costeira é silenciosa e que  
33 não se mostrou dentro do programa do Prodetur II, o qual tem previsão de verba para  
34 urbanização das orlas. Ação esta que deve ser feita com muito cuidado, pois o processo de  
35 urbanização é, normalmente, o primeiro gerador do processo erosivo de maior intensidade.  
36 Informou que a Universidade dispõe de estudos em relação à cidade de Fortaleza que mostram  
37 os problemas ambientais, principalmente a erosão costeira, com início no Porto de Fortaleza e  
38 com conseqüências em Caucaia, gerando prejuízos em relação ao turismo, como foi o caso de  
39 investimentos realizados pela Pousada Icarai que construiu uma barraca e um ano depois foi  
40 destruída pelo mar. Citou ainda como exemplo a colônia de praia dos funcionários do SESC que  
41 hoje virou “colônia do interior na beira da praia”, pois já não existe mais praia em Iparana, por  
42 essa questão da erosão costeira. Considerou que tudo isso tem solução e vem propor ao  
43 Conselho para, numa oportunidade futura, apresentar os problemas da cidade de Fortaleza,  
44 principalmente o erosivo, inclusive propondo solução. Em seguida agradeceu a atenção de  
45 todos.

46 **ALLAN AGUIAR (SETUR):** avaliou que as considerações do professor Fábio são pertinentes e  
47 que precisarão ser levadas em consideração no bojo da elaboração dos projetos executivos que  
48 dizem respeito ao Meio Ambiente e preservação da faixa litorânea/costeira, propondo que, por  
49 ocasião desses projetos que são submetidos aos órgãos do Meio Ambiente (IBAMA, SEMACE  
50 etc), o professor Fábio, através da UECE, se incorpore aos mesmos, a fim de qualificar tais  
51 projetos relacionados com o PDITS.

52 **FÁBIO PERDIGÃO (UECE):** complementando suas considerações informou que essa  
53 preocupação é tanta e não é apenas da Universidade que existem outros fatos associados,  
54 como é o caso da elevação do nível dos oceanos, que o CTBIU (fundo de financiamento do

55 Ministério da Ciência e Tecnologia) lançou um edital para as Universidades e Institutos de  
56 Pesquisas, para estudarem os efeitos dessa elevação do nível dos oceanos nos ecossistemas  
57 costeiros brasileiro e que a UECE estará apresentando projeto nesse sentido. Ressaltou que  
58 aqueles que fazem o turismo no Ceará têm a preocupação com esses ambientes costeiros,  
59 inclusive com patrimônio turístico.

60 **SÉRGIO AGUIAR (PREFEITURA DE CAMOCIM):** destacou como importantes as  
61 considerações feitas sobre os impactos gerados nos Municípios de Aquiraz, Jijoca de  
62 Jericoacoara e de Camocim e julgou oportuno registrar a felicidade do Plano onde demonstra a  
63 capacidade que esses Municípios têm de se inserirem nesse contexto, mostrando que por conta  
64 das distância dos Municípios em relação à Capital Fortaleza, seria a forma de abrir nova porta  
65 para a entrada do fluxo turístico do Ceará, pois já existe a praia de Jijoca de Jericoacoara, de  
66 reconhecimento internacional, e a de Camocim que também começa a despontar como tal.  
67 Disse estar convicto de que o Banco do Nordeste também reconhecerá essa possibilidade de  
68 fortalecimento da infra-estrutura turística, para com isso melhorar a acessibilidade aos  
69 Municípios, fundamental para a integração com outras praias (almofala p.ex) e com a serra de  
70 Ibiapaba, mostrando, então, um novo produto turístico do Estado, principalmente com a  
71 integração dos Estado do Piauí e do Maranhão e com o Litoral Norte, onde Camocim e  
72 Jericoacoara partem com a possibilidade de serem considerados impactados e, portanto, diante  
73 dessa oportunidade de desenvolvimento para a região.

74 **LUIZ ANTONIO (SENAC):** iniciou afirmando que o Prodetur I tinha priorizado os projetos  
75 estruturantes, inclusive os de grandes equipamentos e atraído investidores privados. Afirmou  
76 ainda que o Prodetur II também apresenta essa configuração de projetos estruturantes e que na  
77 sua análise dos números apresentados é destinado apenas 3% para a capacitação. Fez  
78 referência ao comentário feito durante a apresentação do Plano em relação à importância da  
79 capacitação dentro da cadeia produtiva do turismo e perguntou se há espaço, durante a  
80 execução projeto ou da elaboração dos projetos executivos, para repensar esse percentual de  
81 3% e, eventualmente, ampliá-lo, inclusive como projeto estruturante.

82 **ALLAN AGUIAR (SETUR):** corroborou com o entendimento do Luiz Antonio no que se refere à  
83 importância da capacitação/qualificação do produto turístico e entende que 3% de U\$ 130  
84 milhões é significativo, pois representa R\$ 13 milhões. Acrescentou que isso não significa que  
85 outras fontes de recursos (FAT, TESOUROS ESTADUAL/FEDERAL ETC) não possam ser  
86 canalizadas para a capacitação. Informou que o assunto está sendo objeto de estudo da  
87 própria Câmara Temática de Educação para o Turismo, sob a especial liderança do próprio  
88 SENAC. Em seguida e até acatando sugestão de um membro da reunião, Sr Audízio, deu início  
89 ao encaminhamento da votação do PDITS, inclusive pedindo para que se todos os presentes

90 estivessem de acordo com a apresentação do Plano e do seu encaminhamento conceitual como  
91 foi apresentado, permanecessem como estavam. Colocou então em votação, acrescentando  
92 que, se for o caso, em seguida poderia ter o “pinga fogo” sobre qualquer assunto de interesse  
93 dos presentes. Como não houve manifestação contrária à aprovação do PDITS, a exceção do  
94 representante do Instituto Terramar, Sr. Jefferson, considerou o PDITS aprovado. Passou a  
95 palavra ao Sr Jefferson, manifestando o desejo de, em separado/numa reunião, conhecer os  
96 projetos/propostas objetivos que o Instituto Terramar quisesse encaminhar e, desde já, gostaria  
97 de firmar um pacto/parceria para evitar ser utilizada uma instância democrática para obstruir  
98 matérias importantes, pois o Estado tem o mesmo objetivo de viabilizar os investimentos e da  
99 melhor forma possível e com isso melhorar a qualidade de vida das pessoas. Pediu, portanto,  
00 para que todos adotem um comportamento gregário e sem abrir mão da capacidade de debater  
01 com energia cada matéria. Manifestou sua crença de que estava sendo dado um passo  
02 importante ao aprovar o PDITS. Passou, então, a palavra ao Sr. Jefferson, dizendo que, na  
03 seqüência, quem quisesse fazer qualquer colocação de outros assuntos ficasse à vontade.

04 **JEFFERSON (INSTITUTUO TERRAMAR):** declarou seu voto contrário á aprovação do Plano,  
05 pedindo para constar na presente Ata. Entendia que naquele momento estava deixando de ser  
06 levado em conta um dos fundamentos do PDITS que era o controle social do Planejamento  
07 Estratégico desse Plano.

08 **JEFFERSON (INSTITUTUO TERRAMAR):** continuou argumentando que julgava importante ter  
09 mais tempo para debater e avaliar o PDITS, pois entendia que havia detalhes tanto na  
10 Avaliação quanto no Diagnóstico e no próprio Plano que precisavam ser revistos, inclusive  
11 porque os macro-números apresentados não demonstravam com detalhe as razões da redução  
12 dos números do turismo, no período 1998-2000, em alguns Municípios, como no caso da  
13 diminuição do fluxo turístico de Paracuru, Caucaia, São Gonçalo do Amarante e Paraipaba.

14 **ALLAN AGUIAR (SETUR):** voltou a registrar que a apresentação feita sobre o Plano tinha um  
15 caráter panorâmico e que, portanto, não daria para detalhar todo Plano naquela reunião.

16 **JEFFERSON (INSTITUTUO TERRAMAR):** continuou argumentando que seu pedido era pelo  
17 fato de não ser possível ver/analisar todos esses números apresentados no Plano.

18 **ALLAN AGUIAR (SETUR):** informou que o voto do Sr Jefferson seria considerado em  
19 separado, constando da presente Ata, conforme havia sido pedido pelo Sr Jefferson e julgava  
20 necessário dar seguimento à reunião que estava sendo objetiva, clara, transparente e unida.

21 **JEFFERSON (INSTITUTUO TERRAMAR):** considerou que o Estado continuava sem avançar  
22 com relação ao diálogo, entendendo que o praticava melhor com o próprio BID.

23 **ALLAN AGUIAR (SETUR):** considerou concluído o debate e aprovada a essência da reunião,  
24 continuando à disposição de todos para debater outras matérias de interesse dos presentes.

25 Como não houve manifestação em relação a novos assuntos deu por encerrada a reunião.

26 **AGLAÊ (BNB):** solicitou aos conselheiros presentes que ainda não tinham assinado o  
27 Regulamento e o Regimento do Conselho que se deslocassem para assiná-los numa mesa ao  
28 lado.

29 Término: 17 h 50 min

<b>Lista dos Participantes:</b>	
<b>NOME</b>	<b>INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA</b>
1. ALLAN PIRES DE AGUIAR	SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO ESTADO DO CEARÁ – SETUR
2. ANA GARCIA SORIA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE LAGOA DA JIJOCA
3. ANDRÉA SIQUEIRA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA (Funtec)
4. ANTONIO AGLAÊ RABELO	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
5. ANTONIO ELISEU DE BARROS JÚNIOR	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HOTÉIS - ABIH/CE
6. ANTÔNIO JÚLIO DE JESUS TRINDADE	FUNDAÇÃO PIRATA MARINHEIROS
7. ANTONIO MARÇAL PINTO DE CASTRO	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS ORGANIZADORAS DE EVENTOS NO CEARÁ - ABEOC/CE
8. ANTONIO JOÃO ALVES FERNANDES TÁVORA	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ - SEPLAN
9. AUDÍZIO UCHOA DE AQUINO FILHO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA
10. CÉSAR HEROS JÚNIOR	PREFEITURA MUNICIPAL DE JIJOCA DE JERICOACOARA
11. FÁBIO PERDIGÃO VASCONCELOS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
12. FLÁVIO SAMPAIO	ASSOCIACAO DANÇA, ARTE E ACAO .
13. FRANCISCO ANGWYLIERE DE OLIVEIRA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE JOVENS E AMIGOS DE LAGOINHA -AJAL
14. FRANCISCO EDMILSON RODRIGUES	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE VIAGENS DO CEARÁ - ABAV/CE
15. FRANCISCO RÉGIS CAVALCANTE DIAS	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO CEARÁ - SDE
16. GERALDO ERINARDO GOMES	ASSOCIAÇÃO CULTURAL JUVENIL DE JIJOCA DE JERICOACOARA
17. GLAURA MARIA LEITE BARROS	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
18. INDIRA GUEDES GUIMARÃES	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA - UNIFOR
19. JEFFERSON SOUZA DA SILVA	INSTITUTO TERRAMAR
20. JOÃO FERNANDES FONTENELLE	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ - FIEC
21. JOCIVALDA TEIXEIRA FERREIRA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIPABA
22. JOSÉ AIRTON CABRAL JÚNIOR	SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO ESTADO DO CEARÁ - SETUR
23. JOSÉ ROBSON AUGUSTO MENDES	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA DO ESTADO DO CEARA - SEINFRA
24. JULÊNIO BRAGA RODRIGUES	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM
25. LUIZ ANTONIO GOUVEIRA DE OLIVEIRA	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL DO CEARÁ - SENAC/CE
26. LUIZ EDUARDO STUDART GOMES JÚNIOR	ASSOCIAÇÃO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM E TURISMO - AMHT CE
27. LUIZ SÉRGIO FERREIRA JÚNIOR	SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC/CE

28. MÁRCIA MORAIS XIMENES MENDES	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E DO MEIO AMBIENTE DO CEARÁ - SOMA
29. MARIA DO CARMO MAGALHÃES	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
30. MARIA LIANEIDE SOUTO ARAÚJO SARAIVA	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO CEARÁ - CEFET/CE
31. MARIA THEREZA DA R.F. LEITE.	SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ - SECULT
32. RAIMUNDO BONFIM BRAGA	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
33. RAIMUNDO NONATO DA SILVA NETO	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE
34. RÉGIS NOGUEIRA DE MEDEIROS	FORTALEZA CONVENTION & VISITORS BUREAU - FC&VB
35. ROBÉRIO GRESS DO VALE	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
36. ROMEU DUARTE JÚNIOR	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN
37. SARA ANGELITA GOELLNER	FUNDAÇÃO PIRATA MARINHEIROS
38. SÉRGIO DE ARAÚJO LIMA AGUIAR	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM
39. WLADIA MARIA PARENTE AGUIAR	FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DO CEARÁ - FECOMÉRCIO
40. CONCEIÇÃO DIÓGENES	SETUR-CE
41. IRACY FERNANDES COSTA	SETUR-CE
42. ROBERTO LUIZ	SETUR-CE
43. INÁCIO	SETUR-CE

30 ALLAN PIRES DE AGUIAR – Coordenador do Pólo de Turismo Ceará C.do Sol

31 ANTONIO AGLAÊ RABELO – Secretário Executivo do Pólo de Turismo Ceará C. do Sol.